



Revista eletrônica de ciências sociais aplicadas.

ISSN: 1980-0193

ARTIGOS COMPLETOS/COMPLETS ARTICLES

OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NO RIO GRANDE DO SUL E A REFORMA AGRÁRIA: DO MASTER AO MST⁽¹⁾

Daniel Arruda Coronel⁽²⁾

Adayr da Silva Ilha⁽³⁾

Alex Leonardi⁽⁴⁾

Universidade Federal de Viçosa – UFV

RESUMO

O Estado do Rio Grande do Sul (RS), devido ao fato de a colonização apresentar várias peculiaridades oriundas do processo imigratório, apresenta uma estrutura fundiária não tão concentradora como em outras regiões do país, não obstante persistirem vários problemas fundiários. Como forma de pressionar os governantes para avançar no processo de reforma agrária, surgiu em 1960 o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), que obteve significativas vitórias, mas se extinguiu devido à ditadura militar que se instaurou no país a partir de abril de 1964. Nos anos oitenta, com a redemocratização do país, surge em Cascavel (PR) o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Nesse contexto, esta pesquisa objetivou diagnosticar as principais críticas e as principais contribuições do MST para o processo de reforma agrária no Estado do Rio Grande do Sul (RS). Os estudos feitos possibilitaram concluir que as principais críticas do MST ao processo de reforma agrária, no RS, são ausência de infraestrutura adequada e poucos créditos e subsídios que são oferecidos ao pequeno agricultor. A reforma agrária, considerada ideal pelo MST, deveria mudar a propriedade da terra, subordinando a produção à justiça social e promovendo o desenvolvimento rural sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: MST; Reforma Agrária; Estrutura Fundiária

THE FIELD SOCIAL MOVEMENTS IN RIO GRANDE DO SUL AND THE LAND REFORM: FROM THE MASTER TO THE MST

ABSTRACT

The State of Rio Grande do Sul (RS) presents a not so centralizer agrarian structure like the other regions of the country due the fact that the colonization presents several peculiarities resultant of the immigratory process. Nevertheless, several agrarian problems persist. As a way of pressing the government to advance the process of land reform, the No-Land Farmers Movement emerged in 1960 (MASTER), which obtained significant victories. However, it was extinguished due to the military dictatorship that was set up in the country from April 1964. In the eighties, with the return of the country democracy, the No-Land Rural Workers

Perspec. Contemp., Campo Mourão, v. 4, n. 2, p. 03-22, ago./dez. 2009.

ISSN: 1980-0193

Movement (MST) arises in Cascavel (PR). In this context, this research aimed to diagnose the main criticism and contributions of MST to the land reform process in the State of Rio Grande do Sul (RS). The studies made it possible to conclude that the main criticism from MST to the process of land reform, in Rio Grande do Sul, is a lack of suitable infrastructure and few credits and subsidies that are offered to the small farmer. The land reform, which is considered to be the ideal by MST, should change the property of the land by subordinating the production to the social justice and by promoting the rural sustainable development.

KEYWORDS: MST; Land reform; Agrarian Structure

INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais desempenham papel importante na consolidação do processo democrático, ao visar diminuir as desigualdades sociais e, principalmente, ao despertar a consciência da sociedade sobre os graves problemas que a cercam.

Nesse sentido, esta pesquisa tem o objetivo geral de diagnosticar as principais críticas e as principais contribuições do MST ao processo de reforma agrária no Estado do Rio Grande do Sul (RS).

Apesar de o Rio Grande do Sul não ter uma estrutura fundiária tão concentradora, como em outras regiões do país, há elevada concentração na região Metade Sul, oriunda do processo colonizador e do modelo de desenvolvimento adotado na região.

Como forma de pressionar os governantes para que acelerassem o processo de reforma agrária, surgiu, no final dos anos cinquenta, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), que, apesar de curta duração, foi um marco importante para o avanço do processo de reforma agrária no RS. Pode-se dizer que o MASTER foi o embrião para que, em 1984, na cidade de Cascavel, Paraná, surgisse o MST, que atualmente está organizado em 23 estados da federação.

Nesta pesquisa, adotou-se como referencial metodológico o método indutivo, visto que ele parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior ao trabalho da coleta de dados particulares. Esse método permitirá a investigação da atividade do MST a partir de sua relação com o meio social. Como método de procedimento, fez-se uma revisão bibliográfica ampla, selecionando e organizando os dados a serem utilizados. Para isso, utilizaram-se periódicos, censos, livros,

anuários de fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação de Economia e Estatística (FEE).

O trabalho está estruturado em três seções, além desta introdução. Na segunda, fez-se uma análise do processo de desenvolvimento do RS e das assimetrias entre os processos de colonização e desenvolvimento das Metades Sul e Norte do Estado. Na terceira, abordaram-se os movimentos rurais no Rio Grande do Sul, do MASTER ao MST. Inicialmente, analisou-se a história do MASTER, posteriormente, definiram-se os objetivos, as críticas e as sugestões do MST em relação ao processo de reforma agrária no Estado do Rio Grande do Sul. Por fim, foram expostas as principais conclusões do trabalho.

2 ASSIMETRIAS ENTRE OS PROCESSOS DE COLONIZAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL

As disparidades socioeconômicas entre a Metade Sul e a Metade Norte do Rio Grande do Sul (RS) são oriundas do processo de colonização e de desenvolvimento que cada uma delas adotou. A Metade Sul balizou-se no setor agropecuário, com ênfase na grande propriedade, e a Metade Norte, com predominância do setor industrial e da pequena propriedade.

O Estado do RS, devido à sua forma geográfica, pode ser dividido em três regiões, quais sejam, Sul, Nordeste e Norte. Convencionou-se chamar a região Sul de Metade Sul, e as regiões Norte e Nordeste, que apresentam modelos de colonização semelhantes, de Metade Norte.

A colonização da Metade Sul foi alicerçada em grandes propriedades, mediante a doação de sesmarias e a predominância do latifúndio. As sesmarias eram excludentes, visto que só eram destinadas às pessoas que fossem brancas de sangue e católicas. As sesmarias tinham, apesar de tudo, um aspecto positivo, pois as terras que não fossem usadas de maneira eficiente voltavam à coroa portuguesa (CORONEL; ALVES; SILVA, 2007).

A Metade Sul caracterizou-se por ter centros urbanos esparsos, sem interrelações comerciais, com população essencialmente rural, cuja base da economia era o charque, a criação de muares e a lavoura de arroz.

O charque era o produto que engrenava a economia da Metade Sul. Por meio desse produto, a região manteve relações comerciais com as demais regiões do país. O charque era produzido nas charqueadas, destacando-se, como principais produtores, Pelotas e Rio Grande.

Conforme Quevedo dos Santos e Tamanquevis dos Santos (1990, p.35), “[...] na charqueada o trabalho alcança o nível de produção mais intensa. Em Pelotas, formar-se-ia uma opulenta classe de senhores-de-escravos”.

A Metade Sul do RS, até a metade do século XIX, era a região de dinamismo do estado, visto que se articulava com o centro do país por meio do fornecimento do charque, enquanto nessa época a Metade Norte era a região mais atrasada.

Contudo, a partir do final do século XIX, com a crise da pecuária, as charqueadas começaram a entrar em declínio, o que contribuiu para que a Metade Sul fosse diminuindo, gradativamente, sua pujança econômica. A quase inexistência de outras atividades que não as ligadas à agropecuária e a existência de latifúndios improdutivos contribuía, significativamente, para que a Metade Sul fosse perdendo seu dinamismo na economia gaúcha e começasse a apresentar baixo crescimento econômico.

[...] traço histórico econômico fundamental é a estrutura fundiária caracterizada pela concentração da posse da terra, formada a partir das sesmarias doadas nos últimos tempos do período colonial [...]. Pode-se afirmar que dessa estrutura fundiária decorrem, em última análise, outros aspectos que caracterizam a sociedade local até o presente, como a concentração da renda, os centros urbanos esparsos, a reduzida densidade da população rural e o predomínio da pecuária (ALONSO; BENETTI; BANDEIRA, 1994, p. 224).

A partir de 1939, a Metade Sul começou a ter participação inferior à da Metade Norte no produto interno do Estado, como pode ser observado na Tabela 1.

Para o Ministério da Integração Nacional (2000, p.32), “a deterioração da metade Sul começou com o fim do ciclo das charqueadas, em Pelotas, e acentuou-se, nos anos 30, quando o governo federal passou a concentrar os investimentos no centro do país”.

A outra forma de colonização do RS compreende as regiões Norte e Nordeste. Na região Norte, predominaram a pequena propriedade, a produção diversificada e

as lavouras mecanizadas. No entendimento de Ilha e Silva (2000, p. 123), “... a colonização baseada na pequena propriedade foi uma experiência com muito êxito, vindo a ser reproduzida iniciativa semelhante noutros pontos da província”.

Tabela 1 - Participação percentual de cada Metade no Produto Interno do Estado, (1939 a 2003)

Regiões/Ano	1939	1949	1959	1970	1980	1990	1999	2003
Metade Norte	61,7	69,9	70,5	76,03	78,6	82,3	79,42	78,6
Metade Sul	38,3	30,1	29,5	23,97	21,4	17,7	17,28	21,4
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Fundação de Economia e Estatística (FEE).

A região Nordeste, constituída pelo eixo Porto Alegre-Caxias do Sul, teve sua base econômica balizada na agricultura voltada para a subsistência, no comércio artesanal ativo e, posteriormente, no deslocamento das atividades primárias para o setor industrial, configurando Porto Alegre como principal centro urbano da região. Tal fato é resultado dos critérios estratégicos de defesa, devido à sua localização espacial. As regiões Norte e Nordeste compreendem a Metade Norte do Estado do Rio Grande do Sul.

O Norte do estado povoou-se pela imigração dos descendentes da imigração italiana e alemã que em busca de novas terras, foi colonizado o Norte do Estado desde o Planalto até as margens do Rio Uruguai, processo que se manteve até as últimas décadas do século XX. A sociedade do Norte será bem distinta da do Sul, pois caracterizada pela pequena propriedade uma distribuição de renda bem menos concentrada e núcleos urbanos bastante próximos viria a constituir uma rede urbana expressiva (ASSEMBLÉIA..., 2000, p. 15).

Em consonância com o relatório da Assembléia Legislativa, para Alonso (1986, p. 83), “tem-se, a partir de então, a coexistência de duas sociedades: a dos estancieiros e a dos pequenos agricultores”.

A produção econômica diversificada da Metade Norte, com ênfase no setor industrial, muito se deve à vinda dos imigrantes alemães e italianos. Os imigrantes alemães que vieram para o Brasil foram atraídos pelas condições que o governo brasileiro ofereceu. Além disso, também havia um clima de instabilidade econômica

na Alemanha, devido ao processo industrial em curso, que arrasou com os artesanatos, e, também, devido a guerras entre cidades alemãs, oriundas da unificação alemã, fatores que favoreceram a imigração.

Para atraí-los mais facilmente, Schaeffer oferecera-lhes condições extremamente favoráveis: os colonos viajariam às expensas do governo Brasileiro, seriam logo naturalizados, gozariam da liberdade de culto, receberiam como livre propriedade 160000 braças quadradas de terra (77 hectares), por família, e cavalos, vacas, bois, etc.; durante um ano, perceberiam uma ajuda, em moeda corrente, de um franco por cabeça, e de cinquenta cêntimos durante o segundo ano; enfim seriam isentos de todo imposto e de toda prestação de serviço pelo espaço de dez anos. A única condição que se lhes impunha era inalienabilidade de suas terras por dez anos (ROCHE, 1969, p. 95).

Segundo Quevedo dos Santos (2003, p. 41), “no Rio Grande, a primeira tentativa de colonização com imigrantes alemães foi em 1824, quando quase cinco mil pessoas foram instaladas em São Leopoldo, uma colônia do governo, que prosperou”. Os italianos que imigraram para o Brasil vieram devido ao clima de miséria e insegurança que havia na Itália, oriundo da guerra pela unificação italiana.

No entendimento de Quevedo dos Santos e Tamanquevis dos Santos (1990, p. 69), “o excesso populacional, a pouca capitalização e a crise dos setores da economia, foram fatores que predispueram a emigração. O Estado italiano adotou a ideologia ‘emigrar por causa da miséria’”.

A imigração, além de propiciar que a Metade Norte tivesse uma produção diversificada, também contribuiu, significativamente, para que a região tivesse uma população superior à da Metade Sul desde 1920, conforme informações da Tabela 2.

Os imigrantes italianos foram assentados na região de Caxias, o que caracterizou, juntamente com a imigração alemã, um fator de dinamismo da economia da metade Norte do RS.

Diversos e variados foram os fatores que levaram a essa retração na participação populacional da Metade Sul. Da mesma forma, em sentido oposto, a expansão da Metade Norte do Estado decorreu da soma de vários aspectos. Todavia, eles estão ligados às questões conjunturais da dinâmica demográfica. Assim, Alonso; Benetti e Bandeira (1994) defendem que as diferenças de crescimento populacional das regiões do Estado, a partir de 1890, decorreram da ação conjunta de diversos

fatores, cuja influência é difícil de distinguir de forma precisa. Dentre eles, os principais parecem ter sido as migrações internas e o padrão de assentamento dos imigrantes oriundos do exterior, os quais entraram no Rio Grande do Sul a partir das últimas décadas do século XIX, embora se possa cogitar a ocorrência de diferenças regionais na fertilidade, na mortalidade e na nupcialidade.

Tabela 2 - População de cada Metade no Estado, no período de 1890-2003

Anos	POPULAÇÃO		
	Metade Norte	Metade Sul	Total
1890	415.681	481.774	897.455
1900	526.944	622.126	1.149.070
1920	1.142.268	851.100	1.993.368
1940	2.115.910	1.204.779	3.320.689
1940	2.755.862	1.408.959	4.164.821
1960	3.713.793	1.735.303	5.448.823
1970	4.730.042	2.025.416	6.755.458
1980	5.628.926	2.144.911	7.773.837
1991	6.749.086	2.389.584	9.138.670
2003 ⁽⁶⁾	7.825.298	2.686.985	10.512.283

Fonte: Adaptado da Fundação de Economia e Estatística (FEE).

Ainda a esse respeito, Alonso; Benetti e Bandeira (1994, p. 12) defendem que “a continuidade da imigração oriunda do exterior foi, portanto, um dos fatores que contribuíram para fazer com que o crescimento demográfico nas regiões Norte e Nordeste fosse maior do que na região Sul, principalmente nas primeiras décadas do século XX”. A partir de 1950, parece terem cessado as migrações para a Metade Norte, pois grande parte de seu território já havia sido ocupada pela agropecuária colonial. Iniciou-se, nesse momento, um movimento emigratório para outros estados, onde ainda existia abundância de terra que foram, sucessivamente, ocupadas por gaúchos. Esse movimento populacional foi o primeiro processo de migrações internas que resultou da expansão da fronteira agrícola para a zona Oeste da Metade Norte, até então não ocupada, e para o Oeste catarinense, impulsionado pelo que Jean Roche (1969) chamou de enxamagem⁽⁶⁾.

Esse rápido crescimento entre as famílias campesianas que resultou da diminuição das fronteiras agrícolas, nas zonas coloniais, levou os mais jovens a buscar terras cultiváveis em outras zonas do Estado e fora dele. Iniciou-se a partir de 1890, um crescente movimento emigratório no sentido de outros estados, onde ainda existia abundância de terras. Foram, dessa forma, sucessivamente ocupadas por gaúchos e na maioria oriundos dessa mesma região Norte, onde se reproduzia o fenômeno da enxameação – extensas áreas agrícolas pioneiras no país, como por exemplo, o Oeste de Santa Catarina e do Paraná, partes do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso, de Rondônia e do sul do Pará. (ALONSO; BENETTI; BANDEIRA, 1994, p. 14).

Dessa maneira, o processo de migração, que estava ocorrendo, começava a evidenciar a principal causa da perda de participação populacional da Metade Sul, que era a incapacidade da região em adequar-se às novas exigências econômicas e sociais do século XX.

Essa falta de dinamismo, em termos populacionais, também pode ser associada à estrutura demográfica da Metade Sul, onde havia uma urbanização precoce e uma base econômica essencialmente agropecuária, enquanto na Metade Norte o grau de urbanização foi sempre muito inferior, exceção da área mais industrializada do Estado, onde se situava Porto Alegre. Essa perda de dinamismo regional, evidenciada nos indicadores populacionais da Metade Sul, pode ser explicada pelo conservadorismo dos proprietários de terras, que não diversificavam a produção, concentrada na pecuária extensiva e rizicultura.

A preferência pelo ganho certo e pela segurança é marca do caráter pouco diversificado da economia e da agropecuária da região. Em grande parte, esse comportamento conservador dos empreendedores locais, embora obedeça a uma lógica microeconômica, foi responsável pela estagnação dos mercados locais e pela consequente perda do dinamismo regional no confronto intercapitalista.

Segundo relatório da Engevix (1997, p. 23), “essa lógica que vem distanciando, de forma crescente, o desempenho econômico da Metade Sul, frente às demais regiões do Rio Grande do Sul, precisa, portanto, ser enfrentada a partir do estímulo à mudança na cultura regional”. Com relação à estrutura demográfica, a Metade Sul teve uma urbanização precoce, enquanto sua base econômica continuou sendo essencialmente a agropecuária, ocorrendo, assim, uma incapacidade das estruturas econômicas urbanas em reter a população local.

No entanto, na Metade Norte, uma região que foi fundamentada em pequenas propriedades rurais, onde se destaca o setor secundário, com base na manufatura, bem como uma agricultura voltada para subsistência, os problemas causados pela urbanização precoce, que ocorreram na Metade Sul, não foram encontrados nessa região.

A imigração, a urbanização e o fim do intercâmbio comercial com o centro do país começavam a demonstrar que a região, hoje enquadrada como Metade Sul, precisava de um direcionamento em termos produtivos, ou uma inserção econômica nos novos moldes capitalistas, fato que não aconteceu, já que nessa região predominaram, cada vez mais, as grandes propriedades e uma estrutura fundiária extremamente concentradora.

3 OS MOVIMENTOS RURAIS NO RIO GRANDE DO SUL DO MASTER AO MST

3.1 ORIGEM E ATUAÇÃO DO MASTER

O Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) foi o primeiro movimento de pequenos agricultores, surgido na Região Sul do Brasil, precisamente no Rio Grande do Sul (RS), no final dos anos 50, e era fortemente ligado a lideranças do antigo Partido Trabalhista (PTB) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

No entendimento de Stédile e Mançano (2001), um dos fatores que levaram ao declínio político e institucional do MASTER foi o fato de este não ter personalidade própria, ou seja, o movimento estava fortemente atrelado ao PTB e ao PCB, razão pela qual não constituía um movimento autônomo.

As principais vitórias do MASTER foram a ocupação da Fazenda Sarandi, em Ronda Alta, e do Banhado do Colégio, em Camaquã, esta sob liderança de Epaminondas Silveira.

Atualmente observa-se que o antigo banhado, em Camaquã, apresenta resultados extremamente satisfatórios, como aumento da produtividade e do número de lotes.

Quatro décadas depois, o Banhado do Colégio acumulou mais bons resultados do que maus. De negativo, a maioria dos primeiros assentados

Perspec. Contemp., Campo Mourão, v. 4, n. 2, p. 03-22, ago./dez. 2009.

ISSN: 1980-0193

(63%) deixou o lugar, vendendo lotes para agricultores mais aptos ou endividados. De positivo, há a constatação de que o número de lotes aumentou - a reforma agrária deu certo - e o local é um exemplo de produtividade agrícola. Hoje, de 23 mil hectares de arroz plantados em Camaquã, 17 mil estão situados na área do antigo banhado, irrigado pelo Arroio Duro. (TREZZI, 2003, p. 42).

O MASTER, apesar de não ter tido grandes vitórias, na gestão Leonel Brizola (1959-1963), conseguia ter uma relação de empatia com o governo. Contudo, com a ascensão de Ildo Meneghetti ao cargo de primeiro mandatário do RS, além de não se avançar com o processo de reforma agrária, as relações entre governo e movimento ficaram tensas, principalmente após a ditadura militar que se instalou no país a partir de março de 1964, o que contribuiu para o movimento entrar na clandestinidade (CORONEL, 2005).

Os dois principais fatores que fomentaram a decadência do MASTER, indiscutivelmente, foram a falta de sintonia entre o movimento e o governo da época, Ildo Meneghetti, e, posteriormente, a ditadura, que praticamente expurgou os movimentos sociais. No entanto, uma análise mais ampla, de cunho antropológico e social, a respeito do MASTER indica que vários fatores internos também favoreceram o declínio do movimento, destacando-se o fato de o movimento não ter se caracterizado como entidade autônoma; a ausência de projetos bem definidos de como deveria ser o processo de reforma agrária; e, por fim, a falta de um instituto que qualificasse, educacional e politicamente, o movimento.

O MASTER, apesar de ter curta duração e atuação apenas no RS, foi o embrião do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), este com atuação em todo o Brasil.

A história do MST começa exatamente onde a história do MASTER termina. Talvez, devido à diferença da tendência política que lideram hoje o MST (igreja católica e PT), em relação às que compunham o MASTER (PCB e PTB), haja de parte de alguns líderes do MST uma tendência a atribuir a todos os movimentos camponeses surgidos antes dele, um caráter partidário e eletista (PRIEB, 1994, p. 33).

Com a ditadura, os movimentos sociais de pequenos agricultores entraram na clandestinidade, só vindo a tomar novo alento após a abertura política, em 1979.

3.2 O MST NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Dada a abertura política no Brasil, em 1979, os movimentos sociais tomaram novo alento. Movimentos que até então estavam na clandestinidade tiveram, a partir de então, uma nova conotação política e social, devido à conjuntura que se instala no país.

Nesse contexto, na Região Sul do Brasil, mais precisamente nos Estados do Rio Grande do Sul (RS), Paraná (PR) e Santa Catarina (SC), os pequenos agricultores começaram a organizar-se, reivindicando um processo de reforma agrária que mudasse a estrutura extremamente concentradora do país.

Como forma de pressionar os governantes federais e estaduais, os pequenos agricultores começaram a invadir várias propriedades rurais improdutivas. Merecem destaque as ocupações das glebas Macali e Brilhante, no município de Ronda Alta (RS), em 1979, e a Fazenda Burro Branco, em Campo Erê (SC), em 1980 (CORONEL, 2005).

Como consequência dessas lutas, surge, em 1984, na cidade de Cascavel (PR), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que, atualmente, está organizado em 23 estados da federação.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) existe na prática, há mais de 15 anos. Na nossa evolução histórica, tivemos um período, de 1979-1983, de retomada das lutas massivas pela terra, quando ocorriam ocupações e mobilizações em muitas regiões do país, mas isoladas entre si. Em alguns lugares, a imprensa já alcunhava essas ocupações como parte do movimento sem terra. Mas foi somente depois de um longo processo de mútuo conhecimento, de articulação entre as lideranças dessas lutas localizadas, que se constitui, formalmente, como um movimento nacional, com a realização de um ENCONTRO NACIONAL DOS SEM TERRA, em janeiro de 1984, em Cascavel, Paraná, com a participação de representantes de 16 estados. (STÉDILE, 1997, p.102).

Para que o MST se constituísse um movimento social autônomo, com personalidade jurídica, foi fundamental o apoio de setores progressistas da Igreja Católica, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Igreja Brasileira de Confissão Luterana e dos adeptos da Teologia da Libertação⁽⁷⁾.

No entendimento de Stédile e Fernandes (2001, p.20), pode-se definir a Teologia da Libertação como uma

corrente pastoral das Igrejas cristãs que aglutina agentes de pastoral, padres e bispos progressistas que desenvolvem uma prática voltada para a realidade social. Essa corrente ficou conhecida assim porque do ponto de vista teórico, procurou aproveitar os ensinamentos sociais da Igreja a partir do Concílio Vaticano II. Ao mesmo tempo, incorporou metodologias analíticas da realidade desenvolvidas pelo marxismo.

O MST, ao longo dos anos, buscou experiência em outros movimentos de pequenos agricultores, tais como as Ligas Camponesas. Tais experiências foram fundamentais para que o movimento observasse os pontos positivos das Ligas e evitasse cometer os mesmos erros que levaram esse movimento a seu declínio político e institucional.

Segundo Stédile e Fernandes (2001, p.16), as ligas camponesas foram um “movimento camponês que teve seu início nos idos de 1954, fundado no Engenho Galiléia, em Vitória de Santão Antão, Pernambuco.”

O MST buscou cooperação Internacional, ao associar-se à Via Campesina, que declarou que todo dia 17 de abril seria comemorado o Dia Mundial da Luta Camponesa como forma de homenagear os 19 trabalhadores brutalmente assassinados em 17 de abril de 1996, em Eldorado dos Carajás, Pará (PA), Brasil.

Não foi só em instituições e em outros movimentos que o MST buscou embasamento, mas também em ideias e ideais de pensadores e dirigentes políticos nacionais e internacionais, tais como Caio Prado Junior, Paulo Freire, Leonardo Boff, Frei Betto, Celso Furtado, Karl Marx, Mão Tsé Tung e Ernesto Che Guevara (CORONEL, 2005).

Ao longo dos anos, o MST procurou aplicar, na forma organizativa, os princípios da vinculação permanente às massas, por meio das lutas e das divisões de tarefas, não cabendo apenas aos homens as decisões, mas também às mulheres da direção coletiva, sem distinção de poder, de disciplina, de formação de quadros e de mística.

El MST adquiere fortaleza política em la *organización*. Es una organización constituída a partir de três columnas: dirigencia, moral productiva y disciplina democrática. Y esto, por sí mismo, tiene efectos epistemológicos en el sentido de donde encontrar su verdad. Las personas que han sido “acampantes” y que ahora son “asentadas” expressam que el período de campamento fue muy doloroso. Lo fue por las condiciones en que vivieron (sin água, sin luz, sin médios de transporte, con escasa o nula atención

sanitária, por el frio, la humedad o las alimañas) y por el desprecio social sufrido (ROCCHIETTI, 2001, p. 4).

Para que os assentamentos progredissem e não fossem absorvidos pelo capital, foi preciso que os pequenos agricultores se organizassem por meio de cooperativas, de núcleos e de institutos. Para isso, foi criado o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), no município de Veranópolis (RS), e o Centro de Tecnologia Alternativa Popular (CETAP), em Pontão (RS), que contribuíram para que os pequenos agricultores tivessem uma visão mais técnica do processo agrícola.

[...] uma experiência importante é a do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da reforma agrária (ITERRA), no município de Veranópolis (RS). Essa escola forma técnicos agrícolas, que são trabalhadores assentados de diversos estados brasileiros e realizam seus estágios em assentamentos de todo o país. Esta escola forma professores para trabalhar nas escolas dos assentamentos de diversos estados do país. O instituto mantém um curso de formação de professores, que também são assentados, e que, além do magistério, trabalham na alfabetização de jovens e adultos. Outra experiência importante, da qual o movimento participa, é o centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), localizado no município de Pontão (RS), responsável pela formação de pesquisadores que se ocupam da difusão das tecnologias, socialmente apropriadas, para a produção agrícola e pecuária, também, nos assentamentos (FERNANDES, 2000, p. 148).

Desde a sua fundação, o MST definiu, programaticamente, como deveria ser o processo de reforma agrária, em todos os Estados da federação, que deveria atender aos seguintes objetivos, conforme Stédile (1997) e MST (1995):

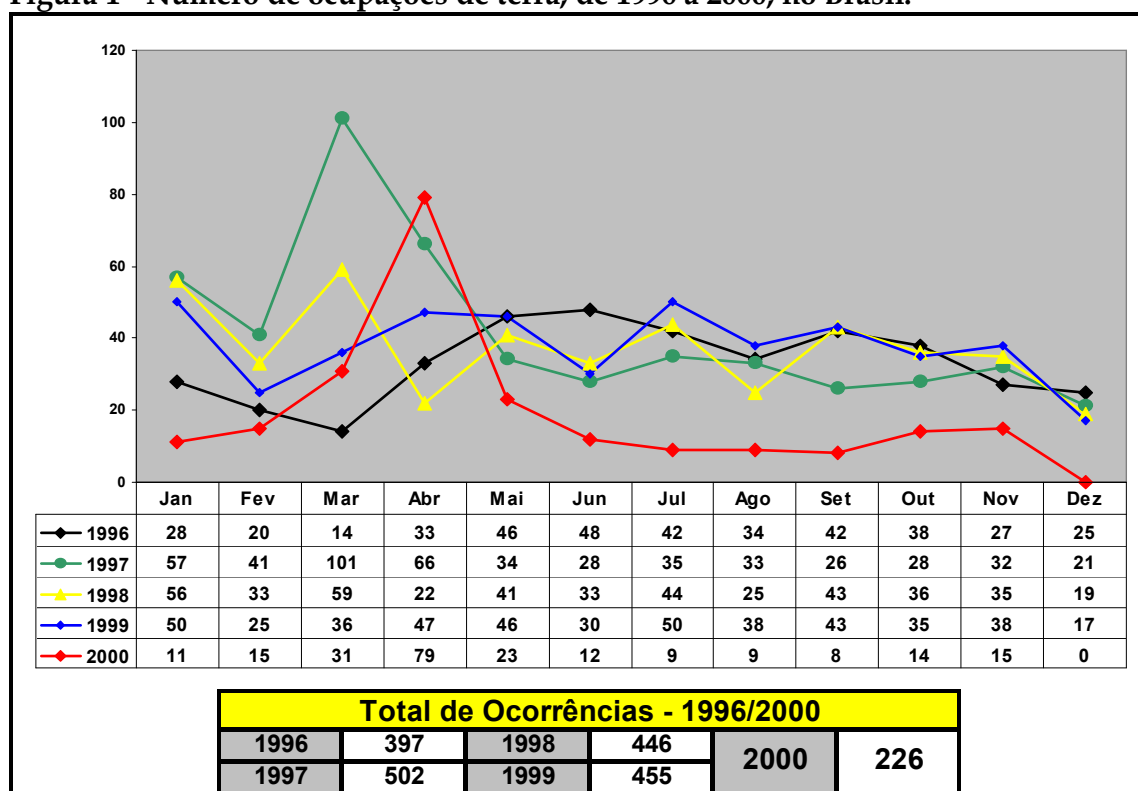
- a) construir uma sociedade na qual o trabalho tivesse supremacia sobre o capital;
- b) ter a terra como um bem comum e a serviço de todos;
- c) oportunizar trabalho a todos dividir a terra de maneira igualitária;
- d) buscar permanentemente a igualdade política, econômica e social;
- e) difundir os valores humanistas e socialistas, e.
- f) combater a todas as formas de discriminação social e realizar maior inserção da mulher na sociedade.

Para ter seus objetivos atendidos por partes dos governantes federais e estaduais, o MST utiliza-se de diversos mecanismos de pressão, tais como

caminhadas, greves de fome, discussões, marchas e, principalmente, ocupações de propriedades rurais improdutivas e prédios públicos.

Nos últimos anos, a ocupação de terras tem sido a maneira mais utilizada pelo MST para pressionar os governantes a acelerarem o processo de reforma agrária. O gráfico abaixo mostra o número de ocupações de terras, no Brasil, de 1996 a 2000. Observa-se que 1996 foi o ano em que mais ocorreram ocupações, enquanto 2000 foi o período em que menos ocorreram.

Figura 1 - Número de ocupações de terra, de 1996 a 2000, no Brasil.



Fonte: Compilação própria a partir de <http://www.incra.gov.br>

A ocupação de áreas improdutivas tem suscitado muitas discussões, no âmbito do Direito Agrário, já que o artigo 184, da Constituição Brasileira, afirma que

compete à união desapropriar por interesse social para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social, mediante previa e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (BRASIL, 2003, p. 113).

Há uma corrente de juristas que, balizados no artigo 184 da Constituição, afirma que a invasão de áreas improdutivas não é inconstitucional, já outro grupo de juristas considera que a invasão a propriedade, mesmo sendo improdutiva, fere o direito à propriedade.

No RS, a primeira ocupação realizada pelo MST foi em 1985, na qual os pequenos agricultores ocuparam uma área no município de Santo Augusto.

Em 28 de agosto de 1985, o MST fez a sua primeira ocupação no Rio Grande do Sul. Nesse dia, setenta e cinco famílias ocuparam uma área da Estação Experimental Fitotécnica da Secretária, no município de Santo Augusto, na região noroeste rio-grandense. A repressão foi imediata. A Brigada Militar executou o despejo e dispersou as famílias pelos municípios da região. A CPT, que apoiava a organização dos sem-terra, auxiliou na reorganização dos grupos de famílias, que acamparam no município de Erval Seco, numa área cedida por um pequeno proprietário. Depois de nove meses de reuniões e manifestações em Porto Alegre, os sem terra conseguiram ser assentados em duas áreas adquiridas pelo governo estadual, no município de Erval Seco e em Tupaciretã, na região ocidental rio-grandense. (FERNANDES, 2000, p. 62).

Em mais de 20 anos de existência, o MST já conseguiu assentar mais de cem mil famílias, e muitos conseguiram a terra por meio de ocupações. Isso indica um descompasso nos planos de reforma agrária, os quais são alvos de várias críticas e sugestões por parte de integrantes do MST.

No Estado do RS, de acordo com Coronel (2005), o processo de reforma agrária não está avançando e isso tem provocado várias críticas e atuações por parte do movimento.

3.3 O MST E A REFORMA AGRÁRIA

Desde a sua gênese, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) vem fazendo várias críticas à estrutura fundiária extremamente concentradora do Brasil, à modernização conservadora da agricultura e aos projetos de reforma agrária implantados no Brasil.

Os projetos de reforma agrária que foram implantados no Brasil, com ênfase aos da última década, têm um caráter mais assistencialista do que transformador, visto que a estrutura fundiária continua extremamente concentradora.

Nesse sentido, observa-se que as principais críticas do MST aos projetos de reforma agrária no RS e no Brasil são que eles realmente não mexem na estrutura fundiária, ou seja, há ausência de infraestrutura adequada nos assentamentos, tais como rede elétrica e saneamento básico; o poder das oligarquias regionais, que usam todos os recursos de que dispõem para não perderem seu poder; a área que, muitas vezes, é destinada aos assentados é praticamente incultivável; são poucos os créditos e seguros agrícolas que são oferecidos ao pequeno agricultor; a morosidade da justiça em dar um veredicto em áreas sob judice; o poder que os grandes proprietários detêm, visto que eles têm representantes no Congresso, Senado Federal e nas Assembléias Legislativas; e, principalmente, a visão equivocada de que assentar famílias é fazer reforma agrária (CORONEL, 2005).

Fazer assentamentos de famílias sem-terra não significa necessariamente fazer reforma agrária. Nosso guru José Gomes da Silva não se cansava de repetir que a essência da reforma agrária é a distribuição da propriedade da terra, ou seja, a democratização da estrutura fundiária. Ele dizia que reforma agrária é sinônimo de desconcentração da propriedade da terra (STÉDILE; FERNANDES, 2001 p. 159).

Já a reforma agrária considerada ideal pelos integrantes do MST deve ter as seguintes características conforme Stédile (1997) e MST (1995):

- a) a reforma agrária deve mudar a propriedade da terra;
- b) a terra deve estar subordinada à justiça social;
- c) a produção alimentar deve estar a serviço da justiça social;
- d) a produção familiar deve ser apoiada através de créditos e seguro agrícolas;
- e) a agroindústria deve chegar às mais diversas áreas, buscando o desenvolvimento e a geração de emprego e renda com ênfase aos jovens;
- f) a urgência de um programa especial de desenvolvimento para o semi-árido nordestino;
- g) o desenvolvimento de tecnologias não deve agredir os recursos naturais e ser autossustentado e;

h) o desenvolvimento rural deve garantir condições de saúde, higiene e educação.

No entendimento do MST (1995), muitas das críticas e sugestões do movimento, em relação ao processo de reforma agrária, vão mudando devido à conjuntura e à luta diária.

4 CONCLUSÕES

O Estado do Rio Grande do Sul (RS) não tem uma estrutura fundiária tão concentradora como em outras regiões do país, contudo, há vários problemas fundiários principalmente na região Metade Sul, onde se observa a predominância do latifúndio, contribuindo, assim, para que a região apresente baixo crescimento econômico e produção pouco diversificada. A estrutura fundiária concentradora da Metade Sul é oriunda da colonização balizada na doação de sesmarias e no modelo de desenvolvimento adotado pela região, com ênfase ao setor agropecuário.

No intuito de pressionar os governantes para que acelerassem o processo de reforma agrária, surgiu o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), que foi o primeiro movimento de pequenos agricultores surgidos na região Sul do Brasil. O MASTER, apesar de ter curta duração, obteve significativas vitórias, como na fazenda Sarandi, em Ronda Alta, e no Banhado do Colégio, em Camaquã, ambos destinados à reforma agrária, e hoje observa-se o aumento do lote e da produtividade.

Devido à ditadura militar, que teve início na década de sessenta e prolongou-se até a primeira metade da década de 80, os movimentos sociais entraram em declínio, vindo a estar inseridos na sociedade após a abertura política.

Em 1984, surge, na cidade de Cascavel (PR), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), atualmente organizado em 23 estados da federação.

O MST vem, a cada ano, aumentando a sua atuação política e social em busca permanente de justiça social e igualdade de direitos econômicos, sociais e culturais.

Neste trabalho, constatou-se que o Movimento dos Sem-Terra tem definido, programaticamente, seus objetivos e a reforma agrária que considera ideal. Como

forma de conseguir seus objetivos, o movimento utiliza várias formas de protestos, tais como críticas à modernização conservadora da agricultura, ocupações, marchas, caminhadas, greve de fome etc.

Os programas e projetos que os governos oferecem às famílias assentadas e sem terra necessitam de mais recursos para o sucesso dos assentamentos, o que contribui para protestos das mais variadas formas.

Enfim, o MST vem contribuindo, significativamente, para o avanço do processo de reforma agrária, para que os governantes desapropriem terras improdutivas para fins de reforma agrária, para mostrar à sociedade os graves problemas fundiários que o país apresenta, para que a sociedade veja a terra como um bem comum e a serviço de todos, para que os governantes acelerem o processo de reforma agrária e para que algumas de suas sugestões sejam colocadas nos planos de reforma agrária dos governos estaduais e federais. Contudo, o movimento deve decidir, com mais critérios, as formas de protesto, visto que, se houver ocupações de terras produtivas, possivelmente haverá um ocaso político no meio rural e o MST será marginalizado na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALONSO, José A F. **Evolução das desigualdades inter regionais de renda interna no Rio Grande do Sul 1939-70**. Porto Alegre: FEE, 1986.

ALONSO, José A F.; BENETTI, M.D.; BANDEIRA, P.S. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Desigualdades Regionais: relatório final**. Porto Alegre, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1998, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 1/92 a 40/2003 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretária de Edições Técnicas, 2003.

CORONEL, Daniel Arruda. **A Contribuição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para o processo de Reforma Agrária no Estado do Rio Grande do Sul**. Relatório Técnico Científico para o Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Santa Maria: Departamento de Ciências Econômicas, UFSM, 2005.

CORONEL, Daniel Arruda; ALVES, Fabiano Dutra; SILVA, Mariangela Amaral e. Notas sobre o processo de desenvolvimento da Metade Sul e Norte do Estado do Rio Grande do Sul: uma abordagem comparativa. **Perspectiva Econômica** (Online), São Leopoldo- RS-Brasil, v. 3, n. 02, p. 27-43, 2007.

ENGEVIX. **Plano de reestruturação econômica para a Metade Sul do Rio Grande do Sul** – Relatório final. Engevix Engenharia S/C Ltda.1997

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: 20 de jul., 2009.

ILHA, Adayr da Silva, e SILVA, Nívia Marli. A estrutura fundiária no Rio Grande do Sul: Uma interpretação do período de 1975 a 1995-1996. **Economia e Desenvolvimento**. Santa Maria, n. 12, p. 119-131, 2000.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Programa de promoção do desenvolvimento sustentável de microrregiões diferenciadas**. Secretária de Programas Integrados. Brasília, 2000.

MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Programa de reforma agrária**. Caderno de formação n. 23. 2. ed. São Paulo,1995.

PRIEB, Sergio. **Coletivos na luta e no trabalho**: o caso do assentamento de Nova Ramada em Julio de Castilhos-RS. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade de Campina Grande, Paraíba, 1994.

QUEVEDO DOS SANTOS, Júlio Ricardo e TAMANQUEVIS dos Santos, José C. **Rio Grande do Sul**: aspectos da história. 2. ed. Porto Alegre: Martin Livreiro, 1990

QUEVEDO DOS SANTOS, Júlio Ricardo. **História compacta do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2003.

ROCCHIETTI, Ana Maria. América Latina: el movimiento de los trabajadores sin tierra (MST) del Brasil: sus origenes y el carácter de su lucha.Tierra viva. **Herramienta**. n. 18, 2001. Disponível em: < <http://www.herramienta.com.ar/modules.php>>. Acesso em: 10 dez. 2003

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

STÈDILE, João Pedro. A luta pela reforma agrária e o MST. In: STÈDILE, João Pedro (org). **A reforma agrária e a luta do MST**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

TREZZI, Humberto. Poucos pioneiros restam em assentamento de 40 anos. **Zero Hora**, Porto Alegre, 26 Janeiro, 2003.

NOTAS

(1) Esta pesquisa contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada na *VI Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales*, em Buenos Aires, Argentina, 2009.

(2) Doutorando em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa - UFV, Mestrado em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2008), Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2005) e Bolsista de Doutorado da Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail para contato: daniel.coronel@ufv.br

(3) Doutorado em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa - UFV (1987), Mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (1982), Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (1974). Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UFSM. E-mail para contato: adayrsmail@gmail.com

(4) Doutorando em Agronegócios pela UFRGS, Mestrado em Integração Latino-Americana e Economista pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2005), Graduação em Ciências Econômicas pela mesma universidade (2002). Bolsista de Doutorado da CAPES. E-mail para contato: alex.leonardi@ibest.com.br

(5) Estimativa da Fundação de Economia e Estatística (FEE), 2009.

(6) Termo utilizado por Roche (1969) para explicar e exemplificar a forma e a amplitude das migrações rurais de descendentes de imigrantes alemães.

(7) Os principais expoentes da Teologia da Libertação foram Frei Betto, o teólogo Leonardo Boff e o Cardeal, Emérito de Aparecida (SP), Dom Aloísio Lorscheitter.

Enviado: 11/09/2009
Aceito: 04/11/2009
Publicado: 30/12/2009